

ELCIA JOANA GONÇALVES DE OLIVEIRA¹
ELENIZE MARIA GONÇALVES DE OLIVEIRA GAUQUELIN²
LILIANE GOMES DA SILVA³
LUCINETE SABINO DE LIMA⁴
ROSIANE MENEZES DA SILVA⁵
VALÉRIA GOIA VASCO TEIXEIRA⁶

ANÁLISE COMPARATIVA DOS CONCEITOS OBTIDOS PELOS CURSOS
CORRESPONDENTES EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS
BRASILEIRAS COM BASE NO EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS
ESTUDANTES (ENADE)

1 Mestranda em ciências da educação pela UNIVERSIDADE INTERCONTINENTAL (UTIC) PY, Licenciada em pedagogia pela UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ (UNIFAP), Pedagoga, professora de 1º ao 5º ano do ensino fundamental I da Rede Estadual de ensino de Macapá - AP
giovana.elcia@gmail.com

2 Mestranda em ciências da educação pela UNIVERSIDADE INTERCONTINENTAL (UTIC) PY, Licenciada em pedagogia pela UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ (UNIFAP), Pedagoga, professora de 1º ao 5º ano do ensino fundamental I da Rede Estadual de ensino de Macapá - AP
elenizemaria@hotmail.com

3 Mestranda em ciências da educação pela UNIVERSIDADE INTERCONTINENTAL (UTIC) PY, Graduada em Engenharia Elétrica pela UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO (UPE),
liliane.lilags@gmail.com

4 Mestranda em ciências da educação pela UNIVERSIDADE INTERCONTINENTAL (UTIC) PY, Licenciada em pedagogia pela UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ (UEAP), Pedagoga, professora de 1º ao 5º ano do ensino fundamental I da Rede Municipal de ensino de Ferreira Gomes – AP, lucivetesabino@bol.com.br

5 Mestranda em ciências da educação pela UNIVERSIDADE INTERCONTINENTAL (UTIC) PY, Licenciada em letras língua portuguesa e língua francesa e suas literaturas pela UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ (UNIFAP), professora de 1º ao 5º ano do ensino fundamental I da Rede Estadual de ensino de Macapá – AP, menezes.rosi@hotmail.com

6 Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade Tecnológica Intercontinental - UTIC, Graduada Bacharel em Turismo pela Faculdade Hélio Alonso (FACHA), Professora do Curso de Turismo no Instituto Federal de Alagoas (IFAL), valeriagoia@hotmail.com

RESUMO

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) é uma ferramenta de avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras e baseia-se na aplicação de prova sistematizada e na análise de fatores estruturais inerentes ao ensino superior; é atribuído um conceito de 1 (um) a 5 (cinco) a cada curso. Objetivou-se comparar as médias das notas obtidas em cursos de ensino superior obtidas pelas IES públicas em relação às IES privadas no ano de 2017. Consistiu em um estudo de cunho quantitativo, retrospectivo de análise transversal através dos relatórios de desempenho no ENADE publicados pelo Ministério da Educação; após essa etapa, foi feita comparação dos conceitos de cursos ofertados pelas IES públicas e privadas, em cursos concordantes. Foram analisadas ao todo 60 IES, das quais 14 foram Instituições Públicas e 46 Instituições privadas. Obteve-se a análise de 61 cursos. Apenas seis cursos obtiveram média de nota superior em IES privadas, em comparação com IES públicas; todos os demais cursos contaram com média de nota igual ou superior em IES públicas. Conclui-se que de forma geral os cursos ofertados pelas IES públicas superam em qualidade os cursos ofertados pelas IES privadas.

Palavras-chave: ENADE, Ensino Superior, Instituições de Ensino Superior, Brasil.

ABSTRACT

The National Student Performance Exam (ENADE) it is an evaluation tool for Brazilians Higher Education Institutions (HEI) and is based on the application of systematic exam and the analysis of structural factors inherent in higher education; it is assigned a concept between 1 (one) and 5 (five) for each course. The objective was to compare the average grade in higher education courses obtained by public and private HEIs in the year 2017. It consisted of a quantitative and retrospective study, with transversal analysis through the performance reports of the ENADE published by the Ministry of Education; after this step, the concepts of the courses in public and private HEIs have been compared, with concordant courses. A total of 60 HEIs were analyzed, of which 14 were Public Institutions and 46 were Private Institutions. It was obtained the analysis of 61 courses. Only six courses scored higher in private HEIs compared to public HEIs; all other courses had an average grade of equal or higher in public HEIs. It was concluded that in general the courses offered by public HEIs outperform the courses offered by private HEIs.

Keywords: ENADE, Higher Education, Higher Education Institutions, Brazil.

INTRODUÇÃO

Para entender melhor os sistemas de avaliação do ensino superior no Brasil, é necessário entender que cada país tem seus próprios critérios para avaliação de IES. Diferentemente de proceder avaliações institucionais, o Brasil encaminha esse processo com foco na regulação governamental por responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), ligado ao Ministério de Educação (MEC) (Gontijo, 2014).

Quando a avaliação tem como alvo principal os estudantes, é necessário entender que a clientela das instituições de ensino superior tem limitações de toda ordem como: econômica, social, com perfis diferentes e almejando a formação superior por motivos particulares, desde de ampliação do currículo e satisfação particular, como a necessidade crescente em entrar no mercado de trabalho (Gontijo, 2014).

O ensino superior no Brasil é constantemente avaliado para que se possa aferir a qualidade acadêmica em resposta às indagações da sociedade em geral. No presente artigo foi feita uma análise comparativa entre desempenho das IES públicas e privadas em cursos equivalentes. O propósito do presente artigo é demonstrar os resultados das instituições de ensino superior das sete capitais do norte do Brasil na edição do ENADE 2017. O exame foi aplicado pela primeira vez em 2014 e é componente curricular obrigatório aos cursos de graduação, conforme determina a Lei nº 10.861/2004, sob condição fundamental para expedição de documentações de conclusão de curso (Brasil, 2013).

O ENADE pertence ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), tendo como instrumentos: uma prova aplicada aos alunos concluintes de ensino superior; um questionário socioeconômico direcionado também aos alunos; e um questionário direcionado aos alunos como forma de avaliar quais suas impressões a respeito do ENADE (Silva & Ferraz, 2018).

A avaliação do ENADE é utilizada para quantificar o desempenho do estudante concluinte do ensino superior no Brasil, esta é composta por 30 questões de conhecimentos específicos (CE) que contribuem com 75% da nota, 10 questões

de formação geral (FG) responsáveis pelo percentual de 25% na contabilização da nota do discente (Inep, 2014).

Como forma de quantificar a avaliação, as instituições recebem conceitos em uma escala de 1 (um) a 5 (cinco), os quais são disponibilizados ao público em geral, e o desempenho dos acadêmicos conferem padrões de excelência à algumas Instituições, assim como apontam problemas e ineficiência de outras, as quais, de acordo com o desempenho, podem sofrer algumas sanções. É atribuído ao governo o poder de regulação e fiscalização das etapas de regulamentação de um curso superior, etapas essas que vão desde as autorizações e credenciamentos. Para exercer esse papel regulatório, o poder público se utiliza dos instrumentos de avaliação existentes como o ENADE (Waitz & Arantes, 2009).

Para Dias Sobrinho (2010), a avaliação é capaz de produzir mudanças nos currículos, nas metodologias de ensino, na prática docente, na gestão, nas estruturas de poder e nas configurações do sistema educativo. Mesmo que questionados os métodos regulatórios do governo na avaliação do ENADE, não podemos deixar de destacar nesse estudo que problemas de classe estrutural, de formação docente e de escassez de investimentos significativos contribuam para um conceito inferior de IES existentes e ativas. De acordo com a sistemática do ENADE, instituições que obtenham na avaliação um conceito inferior a 3 (três) passam por um processo de fiscalização e acompanhamento; conceitos insuficientes acabam por promover processos de descredenciamento e fechamento de cursos que não se mostrem suficientemente qualificados para oferta de ensino (Feldmann & Souza, 2016).

O ENADE, segundo Tavares (2014), ainda é uma ferramenta limitada para avaliação de cursos de graduação, sendo ligado apenas a um eixo específico do SINAES, o que demonstra, portanto, a necessidade de outros instrumentos de avaliação que normatizem o processo de mensuração da qualidade do ensino superior brasileiro. “O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, e as habilidades adquiridas em sua formação (Brasil, 2010).

O norte do país, mais especificamente as capitais, aloca instituições de ensino superior que oferecem cursos com conceitos excelentes, não distanciados da formação acadêmicas de outras instituições localizadas em grandes metrópoles brasileiras; muito embora em algumas instituições os conceitos insuficientes

confirmam constantes auditorias e processos para descredenciamento de alguns cursos, essa é uma realidade existente em todo o país. No entanto, o conceito obtido no ENADE não é o único indicador de qualidade de uma IES; fatores como a infraestrutura do curso, os recursos didáticos, a qualidade do corpo docente e seu grau de titulação são levados em conta em outras ferramentas regidas pelo SINAES (Silva & Ferraz, 2018).

Localizada no extremo do país, a Região Norte apresenta particularidades em inúmeros aspectos, com destaque ao socioeconômico. Ficam evidentes muitas desigualdades sociais, assim como isolamento em relação às demais regiões brasileiras e grandes metrópoles, consideradas regiões mais desenvolvidas do Brasil. Essas disparidades sociais se evidenciam estatisticamente quando é feita a análise dos indicadores sociais, os quais demonstram que a Região Norte está entre as piores do Brasil, pois o crescimento populacional ainda supera as médias do país ainda que o desenvolvimento econômico não acompanhe esse crescimento. Problemas como dificuldade de acesso a todas as localidades – em especial nas regiões com acesso por meio fluvial – e o transporte público precário refletem o isolamento geográfico em muitas regiões do norte brasileiro (Silva & Bacha, 2014).

A ocupação da região norte em parte se confunde com a ocupação da Amazônia, a qual tem seu início em meados dos séculos XVII e XVIII, quando os portugueses se deslocam de Recife e Salvador para a região objetivando a retirada das chamadas “drogas do sertão”, afastando-se assim dos ingleses, holandeses e franceses, surgindo no local algumas capitais como: Belém, Macapá e Manaus, às margens dos rios Negro e Amazonas. Com a construção de fortificações, a população vai se desenvolvendo em aldeamentos indígenas e colônias para passar a produzir ao invés de colher as “drogas do sertão”, sob influência Portuguesa (Cardoso & Müller, 2008).

Para tomar posse dessas áreas, as quais de acordo com o Tratado de Tordesilhas eram de propriedade espanhola, a ocupação portuguesa se deu fundamentalmente amparada na ação militar, como forma de assegurar a coroa portuguesa nas terras ao norte do Brasil, as quais se demonstraram potencialmente produtivas. Esse ciclo produtivo se segue e posteriormente é sistematicamente substituído pelo ciclo da borracha,

com características semelhantes de utilização de mão de obra de baixa – ou ausente – qualificação, em termos práticos pouco ou nada se viu em desenvolvimento da região (Cardoso & Müller, 2008).

A região concentra hoje grande parte da população vivendo nas capitais: Manaus, Macapá, Belém, Rio Branco, Palmas, Boa Vista e Porto Velho. Desta forma, essa região apresenta uma distribuição demográfica irregular. Essa característica influencia diretamente na concentração de renda (Silva & Bacha, 2014).

Para melhor visualizar: em 2006, no Estado do Amazonas, a Capital Manaus detinha 51% da população e 81,5% do PIB; Em Roraima, a Capital Boa Vista detinha 61,9% da população e 71% do PIB; no Amapá 59,8% da população estava na capital que concentra 64% do PIB; no Acre, a Capital Rio Branco concentrava 46% da população e 54% do PIB. O Estado com maior equilíbrio em ocupação populacional e riquezas é Tocantins, onde a Capital Palmas concentrava 16,6% da população e apenas 20% do PIB (Silva & Bacha, 2014).

Nos anos de 1980 a 2000 as modificações no cenário da região norte não vieram acompanhadas do aumento da qualidade de vida para a população. Em geral, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nos anos de 2000 apontavam a Região Norte como o segundo pior índice no país (Silva & Bacha, 2014).

Em se tratando de sistema de educação no âmbito nacional, o cenário do ensino superior já apresenta disparidades entre ensino público e privado. Dados do Instituto Nacional de Pesquisa e Estudos Educacionais (INEP) mostram que 89,9% das IES do país são privadas e somente 11,1% das IES são públicas (Guzzo & Filho, 2005).

A definição de IES pública consiste em uma IES financiada e gerenciada pelo poder público, seja ele de âmbito Federal, estadual ou municipal. Enquanto as IES privadas consistem em instituições gerenciadas por pessoa física ou jurídica de caráter privado, as quais podem ser com ou sem fins lucrativos (Jesus, 2017).

Muito embora esteja estabelecido por lei as reais obrigações do estado no provimento do ensino, os investimentos não chegam a ser percebidos nas instituições públicas no país. Dentro das instituições públicas são observados sucateamentos, investimentos insuficientes, em oposição às (IES) privadas que conseguem efetivar a aplicação de recursos com o intuito de atrair cada vez mais a

clientela. É necessário ressaltar que os números de vagas em instituições públicas no país não atendem a grande demanda de estudantes (Guzzo & Filho, 2005).

Por uma demanda essencialmente política, e necessidade de alocação de mão de obra no mercado de trabalho, a educação superior com o advento do capitalismo requer almejar sempre a produtividade, as perspectivas de qualificação revelam a aspiração cada dia crescentes por cursos de graduação (Guzzo & Filho, 2005).

Essa demanda gerou no início da década de 1990 no Brasil um fenômeno de expansão de vagas de ensino superior por meio do estímulo à iniciativa privada. Dessa forma haveria crescimento econômico e, teoricamente, melhor qualificação da mão-de-obra no país. Para melhor exemplificar, o número de pessoas matriculadas em IES mais que triplicaram entre os anos de 1995 a 2010, com número absoluto de 1.759.703 matrículas no primeiro ano e 6.379.299 no último (Mancebo, Vale, Martins, 2015). Deste total, o setor privado era responsável por 74,2% das matrículas no ano de 2010, reafirmando que as IES privadas são as grandes responsáveis pela formação superior da maioria da população brasileira (Barros, 2015).

Entretanto, tal cenário não ocorre apenas em âmbito nacional, pois é consequência de algo que ocorre mundialmente, com destaque para países em desenvolvimento, em decorrência da superação dos interesses mercadológicos em detrimento do interesse de melhorar a qualificação dos profissionais atuantes no país. O dado preocupante é o fato de o Brasil ser um dos que mais se destacam na chamada “inversão privada” (Mancebo et al., 2015).

Serafim (2011) discute a problemática da educação superior na América Latina afirmando que há uma preocupação em converter as universidades públicas em instituições mercantilistas e utilitaristas e do processo de transformação da educação privada em mercadoria, fruto da expansão do ensino superior via universidades privadas, cenário semelhante a outros países como Estados Unidos e Europa.

O *Sistema de Información de Tendencias Educativas en América Latina* publicou em 2009 o resultado de um estudo feito com 15 países da América Latina demonstrando o percentual de matrículas de ensino superior no setor privado. A média geral foi de 52% de todos os alunos em IES privadas, enquanto no Brasil a

média foi de 77%, deixando este na segunda colocação em relação ao fenômeno (Mancebo et al., 2015).

O grande questionamento é o motivo pelo qual os estudantes brasileiros se concentram no setor privado. E a resposta não gira entorno apenas do quantitativo de vagas, mas principalmente na facilidade de acesso a estas. Dois programas governamentais contribuíram de forma significativa para essa facilidade, a citar: Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). O primeiro foi criado em 2005 e consistiu no fornecimento de bolsa integral a pessoas de baixa renda para ingresso em IES privadas no país, enquanto o segundo, criado em 1976, porém reformulado em 1999, garantiu o fornecimento de financiamento estudantil para a facilidade de quitação de cursos superiores em IES privadas. Ambos se apresentaram como fonte de esperança para inúmeros brasileiros no momento da qualificação, pois as vagas em IES públicas são limitadas e, em sua maioria, de acesso difícil (Rocha, Filho, Oliveira, Komatsu, 2017).

Deve-se destacar que embora o Brasil como um país tenha sofrido tal fenômeno, as regiões não foram igualmente influenciadas. Como a transição para um ensino superior privado ocorreu, em um primeiro momento, por conta de interesses mercadológicos, as regiões mais centrais acabaram por expressar tal mudança com maior intensidade, enquanto nas regiões mais periféricas economicamente, a exemplo das regiões Norte e Nordeste, o investimento foi menor. No início tais regiões ainda contavam predominantemente com o ensino superior público como forma de qualificação. Entretanto, nas últimas décadas o fenômeno de inversão privada alcançou todo o país, inclusive estados mais pobres (Durham, 2004).

MÉTODO

O presente estudo tem caráter quantitativo e baseia-se em análise retrospectiva, transversal e comparativa dos Conceitos ENADE das instituições públicas e privadas das capitais dos Estados da região Norte do Brasil. A busca de dados foi feita através dos Relatórios de IES publicados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Usou-se como critérios de inclusão para a pesquisa cursos de IES: (1) que foram avaliados pelo ENADE 2017; (2) pertencentes a uma capital da Região Norte do Brasil; (3) presentes tanto em IES públicas quanto em IES privadas. Usou-se como critérios de exclusão para a pesquisa cursos de IES: (1) pertencentes a municípios dos interiores da Região Norte do Brasil; (2) pertencentes a outros estados não incluídos na Região Norte do Brasil; (3) que constam somente em IES públicas; (4) que constam somente em IES privadas; (4) que não realizaram o ENADE 2017. Foi elaborada planilha estruturada para catalogação dos dados obtidos. Em seguida, foi feita o cálculo da média dos Conceitos ENADE dos cursos em IES públicas e privadas. Posteriormente, as médias obtidas foram comparados por curso de modo a estabelecer a análise proposta pelo estudo.

RESULTADOS

Foram analisados ao todo o Conceito ENADE de 61 cursos de graduação os quais se distribuíram em 60 IES pertencentes às cidades de Macapá-AP, Manaus-AM, Rio Branco-AC, Belém-PA, Porto Velho-RO, Palmas-TO e Boa Vista-RR. Ao todo foram obtidos dados de 46 IES privadas, o que representa 76,66% das IES analisadas, e 14 IES públicas, 23,34%.

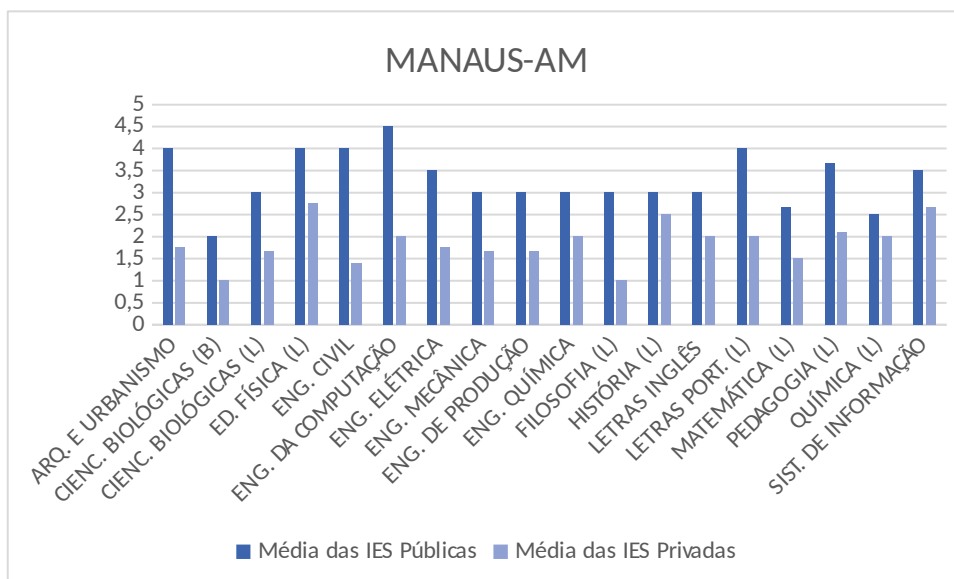
De todos os resultados analisados, a média dos Conceitos ENADE foi superior em IES públicas em 47 cursos, o que representa em valores percentuais 77% de todos os cursos avaliados pelo presente estudo. Nos estados do Amazonas e Acre, todos os cursos obtiveram média de conceito superior em IES públicas em comparação às IES privadas.

Em oito cursos foi obtida média de conceito ENADE equivalente entre as IES públicas e privadas, foram estes: Ciências Sociais Licenciatura, Geografia Licenciatura e Letras Português Licenciatura na cidade de Belém-PA; Engenharia Civil, Educação Física Licenciatura e Letras Português Licenciatura na cidade de Porto Velho-RO; Pedagogia Licenciatura em Palmas-TO; e Ciências Biológicas Bacharelado em Boa Vista-RR.

Em seis cursos, o que representa cerca de 9,83% de todos os cursos avaliados pela pesquisa, a média de Conceitos ENADE foi superior em IES privadas. A citar: Educação Física Licenciatura na cidade de Macapá-AP; Artes Visuais Licenciatura, Ciências Biológicas Licenciatura e História Licenciatura em Belém-PA; Filosofia Licenciatura em Porto Velho-RO; e Ciências da Computação Licenciatura em Palmas Tocantins.

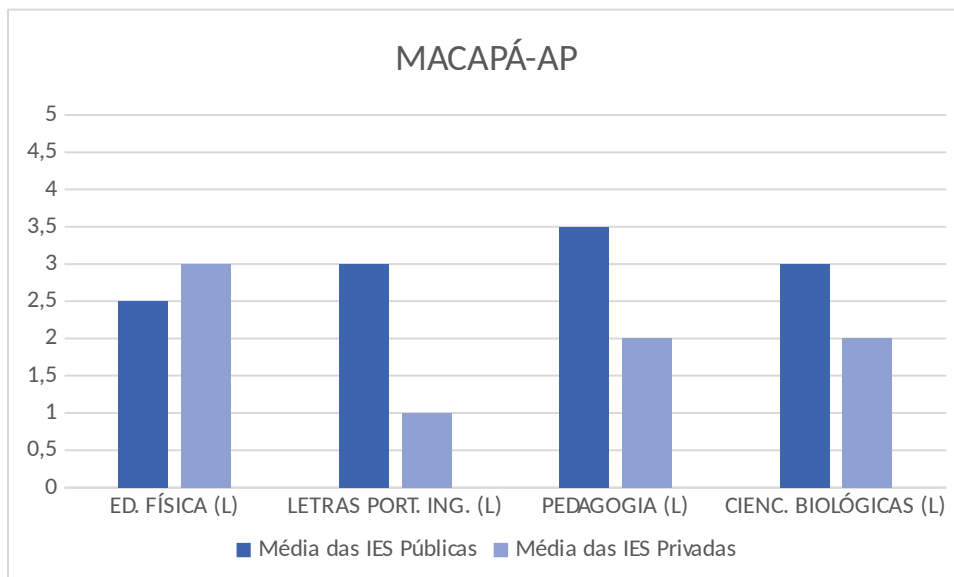
Seguem gráficos demonstrativos das médias dos conceitos ENADE por cidade.

Gráfico 1 – Média dos Conceitos ENADE em Manaus-AM.



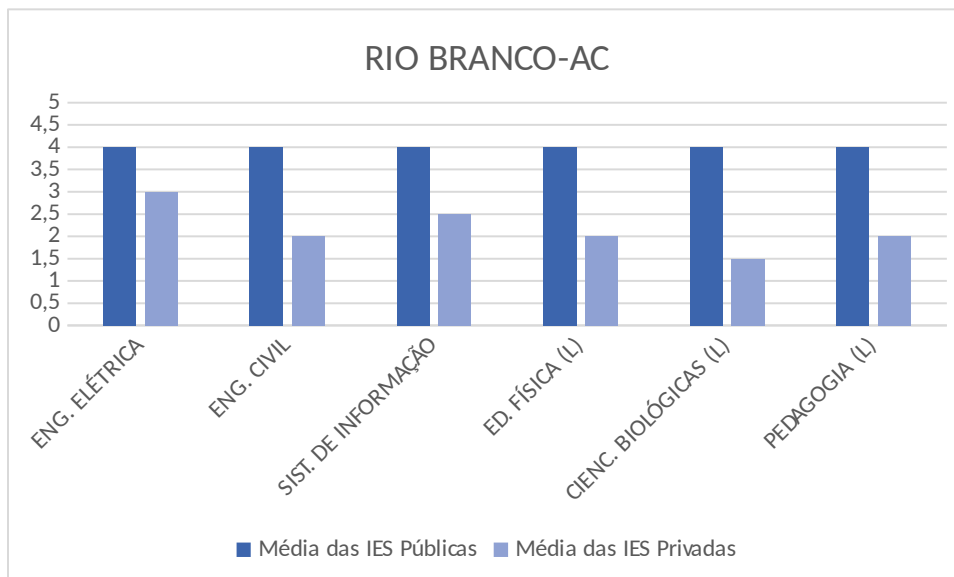
FONTE: Elaborado pelo autor.

Gráfico 2 – Média dos Conceitos ENADE em Macapá-AP.



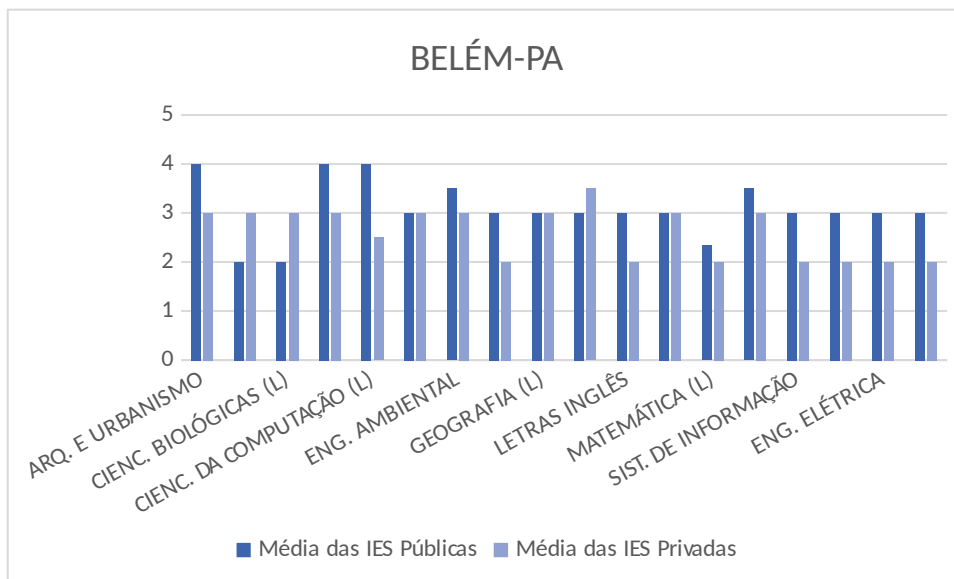
FONTE: Elaborado pelo autor.

Gráfico 3 – Média dos Conceitos ENADE em Rio Branco-AC.



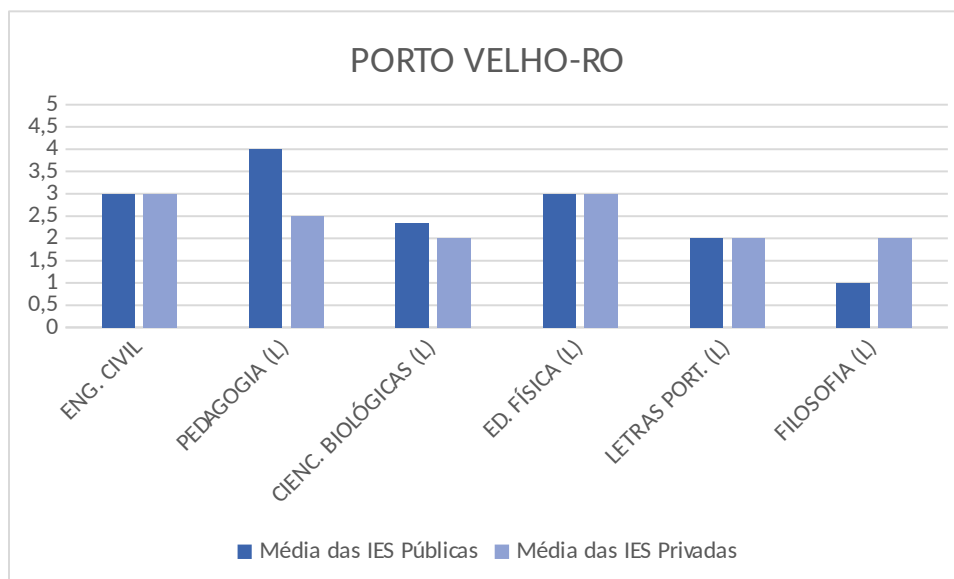
FONTE: Elaborado pelo autor.

Gráfico 4 – Média dos Conceitos ENADE em Belém-PA.



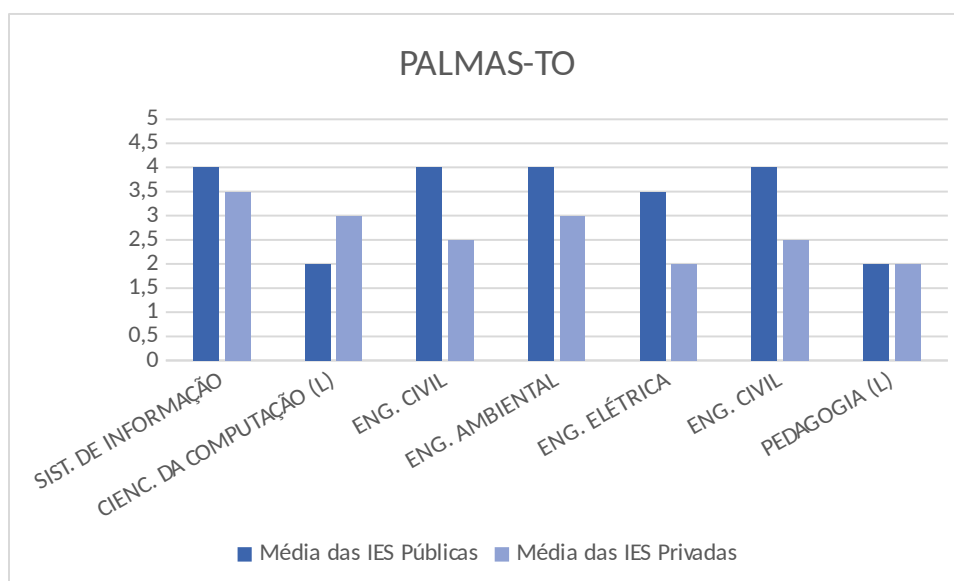
FONTE: Elaborado pelo autor.

Gráfico 5 – Média dos Conceitos ENADE em Porto Velho-RO.



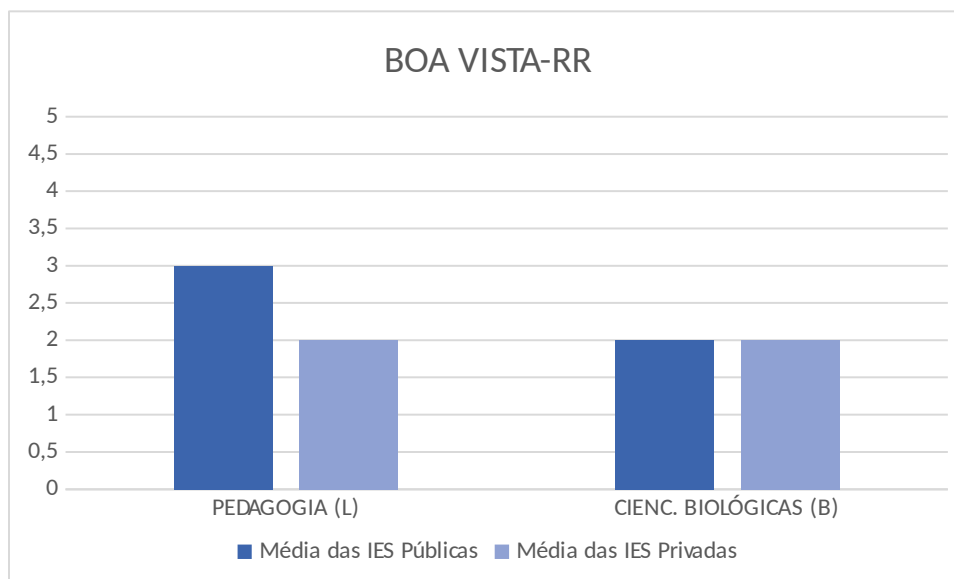
FONTE: Elaborado pelo autor.

Gráfico 6 – Média dos Conceitos ENADE em Palmas-TO.



FONTE: Elaborado pelo autor.

Gráfico 7 – Média dos Conceitos ENADE em Boa Vista-RR.



FONTE: Elaborado pelo autor.

COMENTÁRIOS

Em meio à contabilização estatística dos conceitos, observou-se que as IES públicas tiveram desempenho superior às IES privadas em 47 cursos, o que corresponde a cerca de 77% de todos os cursos analisados. Por ser o ENADE a ferramenta mais utilizada atualmente no país com a finalidade de avaliar o ensino superior, entende-se que na Região Norte, no ano de 2017, a educação pública superior supera de forma inegável a educação superior privada.

Barros (2015) ressalta que tal disparidade entre setor público e privado é um fenômeno que ocorre em todo o país, não exclusivamente na Região Norte. O mesmo atribui esse cenário à criação desordenada de IES privadas, bem como ao aumento exagerado de vagas nas IES privadas já existentes, que ocorreu no Brasil a partir da década de 1990. Segundo o autor, essa expansão da educação superior privada ocorreu com foco em interesses mercadológicos, por conta do caráter neoliberal dos governantes da época que promoveram essa facilitação à abertura de vagas no ensino superior como forma de, concomitantemente, resolver os problemas no acesso ao ensino superior por parte da população, e aquecer a economia do país.

O fenômeno supracitado acabou por enfraquecer o tripé ensino-pesquisa-extensão, pois tais IES preocuparam-se em fornecer prioritariamente o ensino, negligenciando os campos da pesquisa e da extensão, o que contribui de forma significativa para a formação de cursos superiores com qualidade apenas aceitável (Barros, 2015).

Jesus (2017) desenvolveu um estudo retrospectivo, transversal, com o objetivo de comparar o desempenho no ENADE do curso de Ciências Contábeis das IES públicas e privadas do país entre os anos de 2006 a 2015. O mesmo constatou que a variação máxima do número de instituições públicas avaliadas foi de 12 IES, entretanto o número de IES privadas subiu de 632 em 2006 para 896 em 2015.

Ainda sobre o estudo de Jesus, em se tratando dos resultados obtidos, foi constatado que o percentual de desempenho de 1 (um) a 3 (três) dentre as IES públicas variou de 44,92% em 2006 a 48,64% em 2015, enquanto o desempenho de 4 (quatro) a 5 (cinco) subiu de 36,23% em 2006 para 50% em 2015, levando em

conta que para completar os 100% existem as IES que permaneceram sem conceito por número insuficiente de alunos. É possível com esses dados entender que metade dos cursos de Ciências Contábeis ofertados no ano de 2015 obteve um desempenho de bom a ótimo, com alto nível de excelência e qualidade. Quando a análise se voltou às IES privadas, o percentual de desempenho de 1 (um) a 3 (três) no ano de 2006 foi de 61,07% das IES, e de 80,91% no ano de 2015. Enquanto na faixa de conceito entre 4 (quatro) e 5 (cinco) 6,23% das IES obtiveram esse resultado no ano de 2006 e 17,52% das IES alcançaram esse conceito em 2015. Na análise dos conceitos das IES privadas é necessário levar em conta o volume muito maior de cursos no país, entretanto, não há como deixar de notar o abismo entre o desempenho dessas IES em relação ao desempenho das IES públicas (Jesus, 2017).

Estudo desenvolvido por Torres et al objetivou avaliar as diferenças entre as diversas modalidades administrativas das IES privadas no curso de Administração. Dentre estas, categorizaram-se as seguintes categorias: “instituições com fins lucrativos e sem fins lucrativos; e três subcategorias, no caso das instituições sem fins lucrativos: comunitária, confessional ou filantrópica”. É citada uma terceira categoria denominada de “especial”, assim denominada pois não está a cargo exclusivamente do poder público ou do poder privado, mas seu gerenciamento é um convênio entre as duas entidades. Nos resultados foi possível observar uma diferença grande no desempenho das modalidades de IES privadas, pois no ano de 2012, enquanto apenas 50% das instituições com fins lucrativos obtiveram uma nota maior ou igual 3 (três) no ENADE, considerada portando minimamente suficiente, 74% das instituições sem fins lucrativos obtiveram a mesma faixa de conceito, e 72% das especiais permaneceram no mesmo patamar. Ressalta-se ainda que 10% das instituições privadas sem fins lucrativos obtiveram conceito 5 (Torres, Macedo, Nicolini, Andrade & Câmara, 2016).

Ainda no estudo de Torres, foi possível observar que dentre as instituições privadas sem fins lucrativos, a modalidade das universidades confessionais, as quais têm bases em doutrinas religiosas, foi a que melhor apresentou desempenho no ENADE 2012, com apenas 15% das IES obtendo conceito 2 (dois) no exame, e nenhuma IES obtendo o conceito 1 (um) (Torres et al., 2016).

A partir dos resultados obtidos na presente pesquisa e de pesquisas similares, nota-se que as IES públicas superam em qualidade as IES privadas no

país, em especial às com fins lucrativos. Este cenário evidencia a preocupação das empresas, e a permissão do poder público, em apenas criar vagas de ensino superior como forma de aquecer a economia do país e causar a falsa ilusão de qualificação. Isso demonstra a necessidade urgente de ação neste setor com a finalidade de impedir a liberação de mão-de-obra falsamente qualificada para o setor produtivo.

Em adição, é necessário destacar que o tripé ensino-pesquisa-extensão deve ser preservado em qualquer IES, não apenas nas instituições públicas, pois o avanço tecnológico só é possível quando há pesquisa, e a função social das universidades só é efetivada com o pleno funcionamento da extensão universitária.

REFERÊNCIAS

- Barros, A. (2015). Expansão da Educação Superior no Brasil: Limites e possibilidades. *Educ. Soc.*, (36), 361-390.
- Brasil. (2010). *Portaria Normativa nº 40*. Brasília.
- Brasil. (2013). *ENADE - Apresentação*. Brasília.
- Cardoso, F., & Müller, G. (2008). *Amazônia: expansão do capitalismo*. [Erscheinungsort nicht ermittelbar]: SciELO Books - Centro Edelstein.
- Cesso da Silva, M., & Ferraz, R. (2018). Aplicação do ENADE como ferramenta para avaliação do desempenho discente em um curso de Pedagogia. *Revista Eletrônica De Educação*, 12(1), 74-89. doi: 10.14244/198271991968
- Dias Sobrinho, J. (2010). Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao Sinaes. *Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior (Campinas)*, 15(1), 195-224. doi: 10.1590/s1414-40772010000100011
- Durham, E. (2004). Educação superior, pública e privada. *Desafios*, 191-233.
- Feldmann, T., & Souza, O. (2016). A governamentalidade e o Exame Nacional de Desempenho De Estudantes - ENADE. *Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior (Campinas)*, 21(3), 1017-1032. doi: 10.1590/s1414-40772016000300017
- Gontijo, S. (2014). *IMPLICAÇÕES DO ENADE PARA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E AS PRÁTICAS AVALIATIVAS EM UM CURSO DE PEDAGOGIA* (Doutor). Universidade de Brasília (UnB).
- Guzzo, R., & Filho, A. (2005). Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora. *Escritos Educ.*, 4(2).
- INEP. (2016). *ENADE 2014 - Resultado de Curso - Licenciatura em Pedagogia*. Brasília.
- Jesus, R. (2017). *Desempenho no ENADE: Comparação das Instituições Públicas e Privadas do Curso de Ciências Contábeis no Brasil*. (Graduado). Universidade Rio Verde.
- MANCEBO, D., VALE, A., & MARTINS, T. (2015). POLÍTICAS DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL 1995-2010. *Revista Brasileira De Educação*, 20(60), 31-50. doi: 10.1590/s1413-24782015206003
- Rocha, R., Filho, N., Oliveira, A., & Komatsu, B. (2017). A RELAÇÃO ENTRE O ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E PRIVADO E A RENDA E EMPREGO NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. *Pesquisa E Planejamento Econômico*, 47(3), 39-69.

- Serafim, M. (2011). O processo de mercantilização das instituições de educação superior: um panorama do debate nos EUA, na Europa e na América Latina. *Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior (Campinas)*, 16(2), 241-265. doi: 10.1590/s1414-40772011000200002
- Silva, R., & Bacha, C. (2014). Acessibilidade e aglomerações na Região Norte do Brasil sob o enfoque da Nova Geografia Econômica. *Nova Economia*, 24(1), 169-190. doi: 10.1590/0103-6351/1507
- Tavares, M., Meneguel, S., Peixoto, A., Prado, A., Griboski, C., & Robl, F. et al. (2014). A relação expansão-avaliação da educação superior no período pós-LDB/1996. *Revista Eletrônica De Educação*, 8(1), 92-105. doi: 10.14244/198271991014
- Torres, A., Macedo, P., Nicolini, A., Andrade, R., & Câmara, E. (2019). Universidades privadas e o Enade: qual categoria administrativa tem melhor desempenho no curso de Administração.
- Waitz, I., & Arantes, M. (2009). Avaliação do ensino superior e a prática docente. *Anuário Da Produção Acadêmica Docente*, 3(6), 249-262.